

REFLEXÕES SOBRE O RADIODOCUMENTÁRIO “VISÃO DE LIBERDADE: OS OLHOS DE QUEM NÃO PODE VER”: DA PROPOSTA AO “FAZER”

Vinícius Durval Dorne*
Eloíse Fernandes de Sousa Santos**
Aline Boone Gonçalves***

RESUMO: O presente trabalho busca problematizar primeiramente a importância da mídia rádio para o cotidiano da sociedade para, então, discutir o gênero “radiodocumentário”. Posteriormente, relata os assuntos e etapas envolvidos na produção do radiodocumentário referente ao projeto “Visão de Liberdade”, desenvolvido desde 2004 pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Maringá (CAP), da Secretaria de Educação do Paraná (SEED/PR), em parceria com a Penitenciária Estadual de Maringá (PEM). Considerando que o referido gênero radiofônico trabalha com a informação em profundidade, buscou-se retratar o projeto “Visão de Liberdade”, em que presidiários produzem materiais destinados a deficientes visuais das escolas públicas do Paraná e de outras regiões do Brasil, que também recebem atendimento do CAP, refletindo sobre os alcances e limitações dessa iniciativa. Desta forma, esta pesquisa ressalta o papel de destaque que o rádio ainda ocupa como meio de comunicação de massa, a importância do radiodocumentário dentro da prática jornalística e, fortemente, dar visibilidade ao projeto “Visão de Liberdade”, que serve como instrumento de (re) socialização e de promoção da dignidade humana de deficientes visuais e de pessoas privadas de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Social; Penitenciária Estadual de Maringá (PEM); Projeto “Visão de Liberdade”; Radiodocumentário; Ressocialização.

ANALYSIS ON THE RADIO-DOCUMENT “A VISION OF FREEDOM: THE EYES OF PEOPLE WHO CANNOT SEE”: FROM PROPOSAL TO FACTS

ABSTRACT: Current analysis problematizes the importance of the radio as a social medium for the daily life of society and then discusses the genre ‘radio-document’. The subject matter and stages involved in the production of a radio-document were reported. It referred to the project ‘A Vision of Freedom’ developed since 2004 by the Center of Pedagogical Support for people with sight deficiency of the Secretary of Education of the state of Paraná (SEED/PR) as a joint venture with the State Prison in Maringá PR Brazil. Since the radio genre provides in-depth information, the project ‘A Vision of Freedom’ is described. Prison inmates produce material for people with visual deficiency who frequent government-run schools of the state of Paraná and of other Brazilian regions which are also aided by the project. It also deals with the outreaches and limitations of the project. Current research underlines the role that the radio still has as a medium for mass communication, the importance of radio-documents within the journalistic practice by providing visibility to the ‘A Vision of Freedom’ project. In fact, it is a tool for the (re)socialization and promotion of human dignity for people with sight deficiency and those who lost their freedom.

KEYWORDS: Social Inclusion; State Prison of Maringá (PEM); ‘A Vision of Freedom’ Project; Radio-document; Re-socialization.

* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); Coordenador dos cursos de graduação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Cesumar (UNICESUMAR), Maringá (PR), Brasil; E-mail: dorne.vinicius@gmail.com

** Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Cesumar (UNICESUMAR), Maringá (PR), Brasil.

*** Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Cesumar (UNICESUMAR), Maringá (PR), Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca retratar as discussões envolvidas na produção do radiodocumentário “Visão de Liberdade, os olhos de quem não pode ver”, desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, do Centro Universitário Cesumar (UniCesumar), e veiculado na Rádio Universitária UniCesumar (94,3 FM), em 2013.

Tal radiodocumentário teve como tema o projeto “Visão de Liberdade”, desenvolvido pela Secretaria de Justiça e da Educação do Estado por meio da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM) e pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP). No projeto, os internos da instituição prisional produzem materiais destinados ao ensino de alunos cegos, grupo que, em tempos não muito remotos, também foi excluído do convívio social. Para os coordenadores, o projeto tem como principal objetivo a ressocialização dos detentos, por meio da qualificação profissional e humanização e a inclusão social dos deficientes visuais, que, sem esses materiais, teriam dificuldades na aprendizagem. O produto, não obstante, buscou compreender as formas de garantia de direitos dos presos, bem como das pessoas com deficiência na atual sociedade e, neste esteio, ressaltou a viabilidade e a importância do projeto “Visão de Liberdade” para a comunidade.

Para tanto, este artigo problematiza o papel que o rádio ocupa atualmente como meio de comunicação de massa, suas potencialidades, alcances, dinâmica e estruturação, bem como resvala na importância das rádios educativas, tais como a RUC FM – emissora em que foi veiculado o radiodocumentário aqui retratado. Ressalta-se a importância dessas emissoras em disseminar conteúdo diversificado, fortemente amparado na divulgação de projetos culturais e sociais da comunidade onde está inserida, na informação contextualizada (imediate ou atemporal), como espaço profícuo para experimentação de novos produtos e linguagens, assim como para o aprendizado contínuo dos alunos/professores/profissionais envolvidos em suas produções.

Destarte, busca-se também ressaltar as características do gênero radiodocumental, discutindo a importância de sua existência dentro da prática jornalística atual que, não raro, tem optado por informações rápidas, por vezes, descontextualizadas, problematizando como o rádio tem de estar aberto aos mais diversos gêneros e formatos, de modo a permitir ao ouvinte o direito à informação de qualidade em diferentes linguagens. Não obstante, este artigo ainda levanta breve reflexão sobre a inclusão social de pessoas com deficiência visual, bem como daquelas privadas de liberdade, tema de relevância social e prática constante no trabalho desenvolvido pelo projeto “Visão de Liberdade”.

2 RÁDIO E RADIODOCUMENTÁRIO

De acordo com o último Censo, realizado em 2010, aproximadamente 81,4% da população brasileira tem um aparelho de rádio em casa. Tal número já foi maior, mas é preciso levar em consideração a modernização e a convergência tecnológica, que permite atualmente que além dos receptores tradicionais de rádio existam aparelhos capazes de cumprir a função do rádio como celulares, computadores, *smartphones* e tocadores de MP3, que não entram nas estatísticas do IBGE. Os dados demonstram que esse meio de comunicação está presente na vida de um grande número de pessoas, podendo ser um companheiro no dia a dia da população, além de um aliado na luta contra o analfabetismo e a falta de informação.

Ressaltando como o meio possui uma importante função social, André Barbosa Filho (2003, p. 49) salienta que o rádio “[...] atua como agente de informação e formação do coletivo”. O autor expõe que desde sua criação, tal mídia vem se estabelecendo como “[...] um serviço de utilidade pública, o qual exerce uma comunicação que em muito contribui para a história da humanidade” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 49).

Além de poder ser uma companhia para o ouvinte o rádio pode democratizar a informação e o

conhecimento. Cyro César (2005, p. 65) infere que esse meio de comunicação “[...] pode contribuir para melhorar a cultura, a saúde e a educação no Brasil, dando uma chance para que as pessoas, mais bem informadas, consigam ter uma qualidade de vida melhor”. Para César (2005), o rádio atua, ainda, como um vigilante sobre aqueles que detêm o poder, servindo como palco de debate social e político na medida em que facilita o diálogo entre diferentes grupos comunitários, além de mobilizar recursos públicos e privados para fins comerciais ou comunitários (CÉSAR, 2005).

O rádio é uma mídia em que predomina a oralidade e que, diferentemente da televisão e de outros meios como o impresso, não tem o apoio da imagem para a interpretação. Desta forma, como pondera César (2005), o rádio tem uma série de características próprias para transformar palavras e ideias em imagens auditivas, conhecidos mentalmente pelo ouvinte. Por meio do emprego de técnicas específicas, é possível levar a pessoa a imaginar o sentido daquilo que se deseja.

Para tanto, a linguagem radiofônica é estruturada com base em três elementos: a palavra, a voz e a sonoplastia (o combate verbo-voco-sonoplástico), como reflete Silva (1999). César (2005) assevera que esses elementos podem ser utilizados em qualquer produção de rádio, independentemente do formato, conteúdo ou duração. Contextualizando a palavra no rádio, César (2005) salienta que a voz é o elemento primordial na comunicação radiofônica. Por meio de suas “variações, nuanças e tons”, é possível agregar sentido e entendimento ao texto. Linguagem clara, objetiva e coloquial nos diálogos e falas também é essencial nos textos de rádio (CÉSAR, 2005).

Júlia Lúcia de Oliveira Albano Silva (1999) enfatiza que a potencialidade do rádio reside no caráter expressivo que é dado ao som. O ritmo, as pausas e o timbre do locutor afetam o ouvinte de muitas maneiras, despertando nele diferentes respostas emocionais. Segundo César (2005), a utilização de músicas proporciona dinâmica e ritmo ao texto. Cada trilha deve ser escolhida de acordo com a estética que apresenta

e a finalidade do formato no qual será inserida. Já os efeitos sonoros têm como uma das funções criar ambiência e delimitar os diálogos entre os locutores. Em outros casos, são utilizados para complementar e criar cenas na mente do ouvinte, já que o rádio não tem o auxílio da imagem. Sendo assim, a utilização de músicas e efeitos sonoros, bem como a narração do locutor, são essenciais para a construção deste cenário mental.

O silêncio, por sua vez, é considerado elemento essencial da linguagem radiofônica. César (2005) destaca que, muitas vezes, a ausência de som “pode falar por si só” e é essencial para que o ouvinte crie sua imagem auditiva e compreenda a mensagem:

O uso do silêncio, quando contextualizado dentro de uma estrutura sintática, tem a possibilidade de adquirir significados que, por sua vez, podem realçar a importância de continuidade sonora, ou podem atuar como um signo, ou seja, representar um mistério, uma dúvida, a morte, a expectativa. Mas deve estar contextualizado para que não seja interpretado como uma falha, um ruído [...] (SILVA, 1999, p. 73-74).

A escolha dos elementos que irão compor a produção radiofônica e o momento em que deverão aparecer depende do resultado que se deseja e, ao mesmo tempo, precisa transmitir uma mensagem clara ao ouvinte, para que ele entenda os motivos pelos quais se utilizou aquele efeito em determinado momento (CÉSAR, 2005).

Citando um estudo desenvolvido por Eduardo Meditsch, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em jornalismo, César (2005) enfatiza que o uso de uma linguagem exclusivamente sonora faz do rádio um veículo diferenciado. Esta característica é apontada pelo autor como uma vantagem do veículo em relação aos outros meios, pois o rádio é o único meio de comunicação de massa no qual não há a necessidade de ser alfabetizado para que a troca de mensagens se complete (CÉSAR, 2005). Além disso, destaca-se a natureza “físico-psicológica” do meio,

que permite ao ouvinte escutar a programação e realizar outras atividades simultaneamente.

Frente a tais ponderações é que se escolheu o rádio como mídia para a produção do radiodocumentário aqui descrito, que foi veiculado em uma rádio educativa, a Rádio Universitária Cesumar FM (RUC, 94,3). De acordo com Ferrareto (2001, p. 63), as rádios educativas não têm fins lucrativos e são mantidas pelos governos municipais ou estaduais, fundações ou universidades: “São voltadas para uma programação que pretende formar o ouvinte, ampliando seus horizontes educativos e culturais”.

As emissoras educativas têm a função de restabelecer o objetivo primeiro do rádio brasileiro, que, segundo Ferrareto (2001), nasceu com o intuito educativo e cultural. Servem também para dar lugar a programações e gêneros radiofônicos que não têm espaço nas emissoras comerciais, como é o caso do radiodocumentário, um produto jornalístico diferenciado e complexo.

Neste mesmo contexto, o *site* da RUC FM (2012) descreve que a emissora “[...] tem como compromisso a veiculação de programas de estímulo ao desenvolvimento da cultura, da arte e da cidadania, voltados, principalmente às questões regionais”. O público alvo do veículo são os universitários e por este motivo, utiliza-se de uma linguagem jovem e dinâmica, sem deixar de conferir seriedade a todos os seus programas, ao mesmo tempo em que prima pela linha musical contemporânea de boa qualidade.

2.1 RÁDIO NA INTERNET

Apesar de ainda estar em alta em sua plataforma original, o rádio, assim como os outros meios de comunicação, também migrou para a *Internet* e vem passando por adaptações de conteúdo e suporte tecnológico; por este motivo, o radiodocumentário produzido também foi disponibilizado na *Internet*.

Para Magally Prado (2011), o rádio veio se adequando e evoluindo junto com a tecnologia. A *Internet*, uma das maiores evoluções tecnológicas, mudou a vida e o comportamento da maioria das

pessoas, passando a modificar também a realidade do rádio. Sônia Moreira (1999) salienta que o rádio já era um meio de alcance ilimitado e com o surgimento da *Internet*, essa potência cresceu, pois nessa nova plataforma é possível ultrapassar as barreiras encontradas em rádios convencionais, como o tempo e o espaço.

Segundo Prado (2011), com a *Internet*, surgiu um novo espaço e uma nova configuração de áudio no ar, que pouco a pouco vem tomando o lugar das conhecidas rádios hertzianas, voltadas ao aspecto comercial. Para a autora a ascensão dessas novas rádios também permitirá representar quem não está representado, aumentando efetivamente a participação popular, como produtores de conteúdo nessa nova mídia.

Além da possibilidade de ouvir rádios *on-line*, atualmente, outra vantagem é a possibilidade de baixar e ou simplesmente escutar conteúdos de áudio que estejam disponíveis na rede, conhecidos como *podcasts*. *Audiocasts* ou *podcasts* são programas de áudio disponibilizados na rede que podem ser baixados e reproduzidos a qualquer hora e quantas vezes quiser, em qualquer dispositivo que tenha um tocador de som digital (PRADO, 2011). Essa nova forma de compartilhamento de áudio pela *Internet* oferece uma possibilidade maior de democratização da informação.

Diante da convergência midiática, é indispensável pensar em maneiras de também acompanhar essa revolução. Sendo assim, além de veicular o radiodocumentário na rádio educativa RUC FM 94,3, o material também foi disponibilizado na *Internet*, por meio de *podcast*. A peça foi separada em blocos para que o internauta/ouvinte possa escutar no *site* e/ou fazer *download* para ouvir quando e onde quiser.

2.2 O RADIODOCUMENTÁRIO

O rádio é um meio que possibilita a veiculação de inúmeros produtos, de pequenas notas e boletins a materiais mais elaborados, que exigem grande esforço com pesquisa, estruturação e edição, como

reportagens, debates e o próprio radiodocumentário. Este último é um dos produtos radiofônicos dotados de grande complexidade. De acordo com Carmem Lúcia José (2003), o gênero multiplica a documentação da notícia, pois diferentemente do jornalismo corriqueiro, não resume o fato apenas ao lide, mas trabalha uma história do início ao fim, utilizando falas de personagens e fontes que confirmam a história narrada.

[...] cada documentação pode se tornar um aspecto do tema; portanto, são vários recortes tratados para compor uma generalidade sobre o tema. Cada aspecto não é simplesmente apresentado como parte de um relato que deve corresponder ao fato, torná-lo verossímil; cada aspecto deve ser tratado como constituinte da generalidade, ou seja, ser a confirmação ou a negação validada pela construção do discurso. Assim, no documentário, os vários aspectos podem ou não ser fragmentos da realidade, mas não precisam aparecer como tal; são apresentados, isto sim, como constatações devidamente sustentada por seus argumentos ou pela força afetiva do relato (JOSÉ, 2003, p. 6–7).

O radiodocumentário jornalístico é um tipo de produto radiofônico pouco comum no Brasil. Segundo Ferrareto (2001, p. 57), este gênero jornalístico aborda um determinado tema em profundidade, baseado em “[...] pesquisa de dados e arquivos sonoros, reconstituindo ou analisando um fato importante. Inclui, ainda, recursos de sonoplastia, envolvendo montagens e a elaboração de um roteiro prévio”.

Já Filho (2003, p. 102) define o radiodocumentário como um meio de “[...] investigação sobre um fato ou conjunto de fatos reais, oportunos e de interesse atual, de conotação não artística” e explicita que esse produto é resultado de um trabalho de montagem do áudio capturado, que inclui depoimentos gravados com as fontes e *offs* produzidos e gravados pelos repórteres, além de trilhas que ambientalizam o material. O documentário radiofônico também não é muito comum em rádios convencionais, tanto pela

complexidade da produção quanto pelo tempo em que ocupa na grade de programação, o que nem sempre o torna viável em se tratando de rádios comerciais; assim, oportunizar sua divulgação via *podcast* é uma prática que se faz necessária.

Segundo McLeish (2001), um radiodocumentário pode utilizar ou não um narrador em sua estrutura. O autor salienta que o programa pode fluir a partir das falas sequenciais dos entrevistados, que vão contando uma história e conduzindo a narrativa, ou trazer a figura do narrador, que permite que a história seja contada em um curto período de tempo; todavia, alerta para o perigo de tornar o material “cortado” ou frio “demais”, destacando que a tarefa do narrador deve ser “vincular e não interromper”. O modelo, no entanto, se trabalhado de maneira dinâmica, pode resultar em um trabalho interessante, reflexivo e esclarecedor, pois apresenta fatos que devem ser baseados em evidências documentadas como entrevistas, registros e fontes que podem ser citadas e que ajudam a construir determinada história.

McLeish (2001) destaca que o radiodocumentário deve apresentar uma estrutura bem definida capaz de separar o fato da opinião, diferentemente do programa especial, que não tem essas restrições e mescla ficção com realidade. “O especial não lida tanto com questões, mas com eventos, e em sua essência está a arte de contar história” (McLEISH, 2001, p. 197). Sônia Pessoa (2009) verifica que no programa especial a busca incessante pela verdade, própria do documentário, cede lugar a outros elementos, como técnicas teatrais para retratar, por exemplo, uma cena que não encontrou outros registros. Deste modo, a utilização de canções folclóricas, poesias, encenações radiofônicas ou outros tipos de ilustração ficcional sobre o tema tornam-se admissíveis (PESSOA, 2009).

O radiodocumentário nem sempre será baseado em assuntos factuais e, muitas vezes, é necessário e desejável produzir programas que fujam do factual, mas que sejam “baseados em fatos”, ou seja, aquilo que está no campo da realidade (McLEISH, 2001). O autor salienta que, nesse tipo de programa, as

temáticas geralmente estão relacionadas a aspectos sociais como as relações raciais, o desenvolvimento urbano, a poluição e o meio ambiente e a pesquisa médica, sendo o “ser humano” o ponto chave de qualquer produção.

Mesmo não tratando sobre temas essencialmente factuais, o documentário radiofônico deve trazer o assunto ao presente e mostrar para o ouvinte a relevância que o tema tem para a sociedade. Carmem Lúcia José (2003, p. 3) ressalta, no artigo “História oral e documentário radiofônico: distinções e convergências”, que no radiodocumentário

o fundamental é presentificar cada aspecto como parte do tema e a importância de cada aspecto é confirmada pelo verbo no presente do indicativo, que atualiza sempre o assunto pela fluidez temporal permitida pela memória no aqui e agora.

Para McLeish (2001, p. 192), esse produto radiofônico não é apenas mais uma maneira de informar, mas também uma forma de promover reflexões e “[...] estimular novas ideias e interesses”, e é justamente isso que se procura mostrar com a produção deste radiodocumentário proposto neste projeto.

Quanto à duração, salienta-se que, no geral, documentários radiofônicos têm duração de 30 minutos a uma hora, dependendo da quantidade de material coletada pelo produtor, e tem a necessidade de tornar o tema interessante e dinâmico, pois envolve um grande número de pessoas e vozes, trabalha o tema com maior amplitude e tende a dinamizar o assunto.

O radiodocumentário se destaca em relação aos outros produtos jornalísticos justamente por essa condição que oferece, para que o indivíduo crie em sua mente um cenário, a partir da narrativa produzida pelo repórter e pelos efeitos sonoros utilizados. Deste modo, o produto aqui proposto se relaciona com o projeto “Visão de Liberdade”, objeto de estudo, à medida que os dois trabalham com a questão da voz, da imaginação e da criação de uma imagem mental; a narração em áudio se torna os olhos daqueles que não podem ver.

3 INCLUSÃO SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DO PROJETO “VISÃO DE LIBERDADE”

Segundo informações contidas em *site* institucional, o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Maringá (CAP⁴) foi inaugurado em 2001, sendo o primeiro do interior do Paraná e o 19º do Brasil.

A instituição tem como finalidade prestar apoio às pessoas com deficiência visual e seus familiares, a partir da produção de materiais adaptados para alunos com cegueira ou baixa visão e de atendimentos particulares, para além da sala de aula. O objetivo, segundo a ex-coordenadora do CAP Maringá, Maria Ângela Bassan Sierra (2012), é garantir a esses alunos com restrições visuais, o pleno desenvolvimento acadêmico, bem como a integração em seu grupo social (família, escola, comunidade), proporcionando autonomia sociocultural e profissional.

Ela assegura que, atualmente, os materiais distribuídos pelo CAP Maringá são produzidos em sua maior parte na Penitenciária Estadual de Maringá, por meio do projeto “Visão de Liberdade”, no qual os internos confeccionam três tipos diferentes de produtos utilizados no ensino do aluno cego: os livros falados, o material em *Braille* e as maquetes em relevo.

Já a Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), em funcionamento desde 1996, localiza-se na área agrícola de Maringá, no limite com Paiçandu. Segundo o *site* institucional (2012)⁵, atualmente, a PEM tem capacidade para 360 detentos, sendo estabelecimento de segurança máxima, destinado apenas a presos do sexo masculino que cumprem pena em regime fechado.

A unidade tem 13 canteiros de trabalho que ocupam parte da população carcerária nas áreas de manutenção, envolvendo cozinha, lavanderia, faxina externa e interna, barbearia, parlatório, horta, reciclagem de lixo, jardinagem, biblioteca,

⁴ *Site* institucional do CAP. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~cap-mga/> Acesso em: 04 nov. 2012.

⁵ *Site* da Penitenciária. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>. Acesso em: 04 nov. 2012.

equipamentos eletrônicos e alfabetização; cinco canteiros de trabalho conveniados, relacionados a lixamento de *jeans*, digitação em *Braille*, produção de material didático em relevo, restauração de livros e gravação de livro falado, e ainda conta com trabalhos artesanais como bordado em ponto cruz, redes e tarrafas, caçapas de mesa de bilhar e bichinhos de retalhos de tecidos.

Atualmente, a PEM desenvolve o projeto “Visão de Liberdade”, por meio de uma parceria com o CAP Maringá. A iniciativa tem como objetivo humanizar o preso por meio do trabalho e promover sua reinserção social, após a saída da prisão, como se observa a seguir.

3.1 O PROJETO “VISÃO DE LIBERDADE”

O Projeto “Visão de Liberdade” é um projeto desenvolvido desde 2004 pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), da Secretaria de Educação do Paraná (SEED/PR), em parceria com a Secretaria de Justiça e da Educação do Estado, por meio da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM). De acordo com a coordenadora do projeto, Maria Ângela Bassan Sierra (2012), em informação oral concedida aos pesquisadores, o núcleo passava por uma escassez de materiais destinados ao ensino do aluno cego. Não havia mão de obra disponível para produzi-los. Devido a essa falta de materiais e percebendo a disponibilidade de tempo dos internos da PEM e a realização de trabalhos de semelhante alcance social, como restauração de livros para a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e viveiro de mudas para serem usadas em matas ciliares, o CAP propôs a parceria. Logo, as duas instituições iniciaram o trabalho. A iniciativa, segundo Sierra (2012), visou o benefício das partes envolvidas: os alunos, porque teriam à disposição instrumentos que auxiliam e melhoram a aprendizagem, como materiais em relevo⁶ e os *audiobooks*⁷; e o recluso, por meio do trabalho prisional, que ocuparia o tempo, incentivando-o a ressocialização e ainda um auxílio na

redução da pena, de um dia para cada três trabalhados.

Sierra (2012) enfatiza que, no início, o projeto começou de maneira precária, sem equipamentos adequados para o processo de produção. Os primeiros computadores eram velhos e os próprios internos, que entendiam um pouco sobre informática, foram montando e adaptando os aparelhos. Funcionários do CAP tiveram que capacitar os reclusos para poderem exercer o trabalho. Professores voltados ao ensino do deficiente visual, que presenciaram a fase anterior e posterior ao projeto “Visão de Liberdade”, enfatizam que o ensino era bastante restrito e que o projeto contribui muito para a aprendizagem do aluno cego.

[...] [antes] era um trabalho voltado para leitura e escrita Braille, não tinha outro recurso. Aí depois que teve esses livros, a gente foi ampliando mais o conhecimento. Buscando, levando o aluno a ele ver além (Informação oral de Maria Pires de Oliveira, professora).

Como resultado, desde 2004, foram produzidos pela PEM 33.943 materiais didáticos em alto relevo. Foram digitados 340 livros em *Braille* e 45 apostilas com conteúdos diversos, segundo levantamento feito pelo CAP. Os dados fornecidos pelo CAP a este estudo mostram que no período entre dezembro de 2005 e abril de 2011, 100 livros falados foram gravados em áudio, com tiragem de 150 cópias cada, distribuídos para 119 municípios do Paraná, de oito Núcleos Regionais de Ensino (NRE) já mencionados, e do Brasil e para uma biblioteca pública da cidade de Sobreda, em Portugal.

Ainda segundo o levantamento do CAP, o número de beneficiados pelos materiais produzidos pelos presidiários é de 454 alunos, nos oito Núcleos Regionais de Ensino no Paraná, e de 1600 alunos, considerando os Centros de Apoio Pedagógico espalhados pelo Estado, além de outros atingidos indiretamente.

Antes de existir o projeto “Visão de Liberdade”, as dificuldades encontradas pelos deficientes visuais eram grandes. Em depoimento, o deficiente visual Ricardo Alexandre Vieira (2012), que nasceu cego, diz

⁶ Maquetes, mapas e figuras feitas com texturas especiais.

⁷ Chamados também de livros falados, são obras didáticas ou literárias narradas pelos detentos e gravadas em CD.

que teve dificuldades durante sua alfabetização devido à falta de estruturas e materiais. Ele expõe que não havia muitas possibilidades de realizar trabalhos teóricos, de tal forma que a maior parte dos conhecimentos tinha de ser aprendida na prática.

Outro material produzido pelos presidiários e que também contribui para a inclusão dos deficientes visuais são os livros falados. Por meio deles, os alunos têm acesso às obras didáticas e de literatura que são gravadas em áudio. Os deficientes visuais que utilizam esses recursos reforçam que essa é uma possibilidade de acesso ao conhecimento e às novas formas de aprendizagem: “É a oportunidade que você tem de acesso à cultura, porque as outras pessoas também têm acesso à cultura escrita e você está ali ouvindo o mesmo livro que elas podem ler” (*Informação oral de Wesley Diniz Vieira, deficiente visual, 21 anos*).

Segundo Maria Ângela (2012), o projeto é pioneiro no Paraná e no Brasil e que sem a parceria com a PEM não seria possível produzir esses materiais diferenciados, pois somente o CAP não daria conta da demanda. Citando os benefícios do trabalho aos deficientes visuais, a coordenadora do projeto salienta que a iniciativa deu ao centro a possibilidade de oferecer ao aluno cego a inclusão social e o acesso a materiais que antes eram exclusividade de quem enxergava.

Os livros, por exemplo, antes eram apenas didáticos e os essenciais para a alfabetização. Atualmente, com os presos da PEM envolvidos na produção, os alunos têm à disposição livros de literatura e religiosos, jogos em relevo e obras raras que antes não tinham acesso, seja pela escassez ou pelo próprio preço de aquisição que era elevado.

Os benefícios do projeto também são apontados por quem sente na prática as dificuldades da deficiência visual. Para Ricardo Alexandre Vieira, responsável por fazer a revisão dos materiais produzidos pelos detentos da PEM, essa é uma forma de democratizar o conhecimento:

O fato de você, pessoa cega, poder ler um livro, não um livro didático, mas um livro de história mesmo

que eles digitam um livro religio—so ou, então, um romance, isso é muito legal. Você realmente poder estar se situando, compartilhando e conhecendo, tendo acesso aos materiais que as outras pessoas que têm visão, pessoas que não têm deficiência têm também (*Informação oral de Ricardo Alexandre Vieira, deficiente visual*).

Em depoimento, Cristiana Santana (2012), mãe de uma criança deficiente visual de sete anos, reconhece a importância do projeto na alfabetização dos alunos e assegura que, com o apoio do CAP e do projeto “Visão de Liberdade”, a filha está superado as dificuldades impostas pela deficiência e tendo a oportunidade de acesso ao conhecimento. Maria Ângela (2012) expõe que sempre houve grande interesse por parte dos detentos em participar do projeto, pois com esse tipo de iniciativa, eles se sentem úteis por estarem ajudando outra pessoa, “[...] eles estão sendo os olhos das pessoas que não podem ver”.

De acordo com Paulo Sergio Magalhães (2012), Chefe da DIOQ (Divisão de Ocupação e Qualificação) da PEM, em informação oral concedida aos pesquisadores, atualmente, há dezoito presos trabalhando no projeto, em três setores diferentes: sete se dedicam à digitação em *Braille*, quatro trabalham na gravação de livros falados e sete no setor de produção de maquetes e materiais em relevo. Magalhães (2012) assevera que a procura por este canteiro de trabalho é grande, devido ao reconhecimento do projeto perante a sociedade.

A partir do momento que eles começaram a visualizar o que eles estavam fazendo de bem para sociedade através do trabalho, estavam alcançando deficientes visuais, [...] isso levou eles a entenderem o tamanho, a dimensão do que eles tão fazendo, hoje. Mesmo preso, recluso aqui dentro da penitenciária, eles tão fazendo algo muito importante para sociedade (*Informação oral de Paulo Sérgio Magalhães, chefe da DIOQ*).

A assistente social da PEM, Maria Isabel Pierin Pacheco (2012), destaca que toda penitenciária tem

seus problemas, e que com a PEM não é diferente, mas somente guardar presos sem dar a eles uma qualificação e ocupação não contribui para que se tornem pessoas melhores. Do mesmo modo, não evita que eles retornem ao mundo do crime. Segundo Pacheco, nesse aspecto, a PEM é exemplo no Paraná, pois, por meio de projetos sociais, oferece a oportunidade de mudança ao interno para que ele mude sua concepção de mundo, aprenda um ofício e esteja apto a se reintegrar socialmente. Para a assistente social, prender não é solução, é preciso pensar em outras maneiras de melhorar as pessoas, sendo o projeto “Visão de Liberdade” uma delas.

Atualmente, a Penitenciária conta com um estúdio próprio de gravação adquirido por meio de parceiros como o Conselho de Segurança de Maringá e Receita Estadual (por meio de produtos ofertados para realização de bazar, cuja renda é revertida ao projeto). Há, também, espaços apropriados, em que os presos se reúnem para a digitação e confecção dos materiais em relevo.

De acordo com o psicólogo responsável pelo acompanhamento dos presos da PEM, Dagoberto Dias Ribeiro (2012), a seleção dos internos que desenvolvem atividades no “Visão de Liberdade” é feita com base em alguns critérios básicos. Primeiramente, é necessário que o recluso tenha boa capacidade de relacionamento e sociabilidade com os demais presos e funcionários da instituição, já que terão que interagir com o público externo, como os funcionários do CAP que auxiliam com a produção dos materiais.

No setor dos livros falados, as exigências são mais específicas. De acordo com Ribeiro (2012), o preso precisa ter boa capacidade de dicção, fala e leitura, e deve ter os critérios mínimos em termos de escolaridade para poder lidar com texto e som. Segundo Ribeiro (2012), o crime praticado pelo detento não é um fator determinante no momento da seleção, o mais importante é o histórico de comportamento do interno dentro da PEM, pois se trata de um setor de risco localizado em uma área da unidade que concentra alguns materiais de periculosidade.

Ao analisar os motivos que levam os presos a participarem do projeto, com base em informações concedidas pelos próprios detentos, um dos principais itens apontados, para além da remição da pena, é a gratificação por poder ajudar deficientes visuais, como se percebe nos depoimentos a seguir.

O ser humano é egoísta, na verdade. A gente olha o dia a dia da gente. Se você tem uma pessoa que é deficiente na sua família, você vai ter uma visão diferente. Agora, eu nunca tive. Então, é uma coisa que a gente passa batido no dia a dia. E hoje, eu vejo como é difícil ser deficiente visual e como é importante ter projetos desse tipo para tá ajudando eles. Então eu me sinto bem contente (*Informação oral interno 1*⁸).

A gente se sente útil. [...] a gente tá podendo ver, tá fazendo alguma coisa de bom, pra quem realmente precisa (*Informação oral interno 2*).

[...] o reconhecimento deles é incrível. Só de você ler uma carta deles ou coisa parecida, você vê que eles são totalmente gratos pelo que a gente faz aqui, mesmo sabendo que é um cidadão igual a gente, que está aqui, que errou na vida e que tá produzindo este material. Você vê que é de coração nas cartas deles. É incrível (*Informação oral interno 3*).

[...] a minha mente mudou muito em relação a isso. [...] Eu tinha uma visão das coisas e hoje em dia, eu tenho outra visão, porque esse trabalho que a gente desenvolve aqui, tanto pra crianças quanto pra adultos, é muito importante pra eles. Eu tenho filho, também, eu procuro pensar nisso, como se fosse pro meu filho. Eu gravo livro aqui [...] pensando nele e pensando nas pessoas que precisam também do que é desenvolvido aqui (*Informação oral interno 4*).

⁸ Todos os internos da PEM autorizaram, em formulário próprio de pesquisa, sua identificação, bem como a divulgação das informações fornecidas em entrevista. Todavia, os pesquisadores julgaram oportuno preservar a identidades deles, uma vez que não compromete o teor das declarações dadas.

[...] eu me sinto, hoje, humano de poder ter contribuído, de poder ter ajudado e gostaria de ajudar muito mais, ainda. Porque quando a gente descobre qual é o valor de um semelhante, quando a gente descobre qual é o valor de uma pessoa, e quando a gente sabe que de alguma forma a gente pode ajudar essa pessoa também a crescer a escolher um caminho melhor, isso é uma satisfação sem igual. Não tem preço, não tem nada assim que eu possa dizer que é maior do que isso (*Informação oral de um ex-interno*).

Segundo o diretor da PEM, Vaine Gomes (2012), em entrevista oral cedida a este trabalho, o “Visão de Liberdade” tem efetivamente contribuído para a ressocialização dos presos. O diretor salienta que o projeto faz o preso refletir sobre seus atos e, de alguma forma, sentir-se útil para a sociedade, fazendo a ação contrária da que o levou para dentro da unidade prisional.

O psicólogo Dagoberto Dias Ribeiro (2012) destaca que é nítida a mudança comportamental dos presos que participam do projeto. Segundo ele, os internos sentem orgulho em fazer parte de uma iniciativa que tem grande reconhecimento social, e sentem-se gratificados por ter um resultado imediato da sociedade e, também por contribuir para um grupo que, de certa forma, também é excluído socialmente, os deficientes visuais.

O que a gente precisa, muito, é sentir pertencer algum grupo, pertencer a algum lugar, essa é uma coisa que forma a nossa identidade. Desde o início, quando a gente tem a família, quando tem um grupo de colegas, tem a universidade, tem a escola, um grupo de amigos, a gente precisa desse relacionamento com o outro e esse tipo de trabalho aqui tem um aspecto muito positivo nesse sentido (*Informação oral de Dagoberto Dias Ribeiro, psicólogo*).

Em evidência por todos os benefícios garantidos aos deficientes e aos internos, desde 2004,

o projeto “Visão de Liberdade” já ganhou dois prêmios com visibilidade nacional, ambos no ano de 2011. O primeiro foi o Prêmio “Cidadania Herbert de Souza”, iniciativa da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), no qual o “Visão de Liberdade” ficou com o quarto lugar e recebeu R\$ 4 mil para investimentos no próprio projeto.

O segundo prêmio foi concedido pelo Banco do Brasil, intitulado “Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2011”, que premiou os nove projetos nacionais que mais contribuíram para a transformação social de comunidades brasileiras. De acordo com a coordenadora do projeto Maria Ângela Bassan Sierra (2012), o “Visão de Liberdade” recebeu gratificação em dinheiro no valor de R\$ 80 mil para a manutenção e ampliação do projeto, além de um vídeo institucional e *folders* para divulgação dos trabalhos. O resultado de todo esse trabalho e os benefícios proporcionados aos envolvidos é mostrado no radiodocumentário “Visão de Liberdade, os olhos de quem não pode ver”.

O nome foi escolhido, pois se trata de um projeto social no qual os presos da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM) produzem materiais destinados a alunos deficientes visuais que não teriam o mesmo desenvolvimento sem esses produtos. Então, de certa forma, esses reclusos podem ser considerados os olhos desses alunos, à medida que gravam em áudio, transcrevem em *Braille* ou produzem maquetes em relevo com conteúdos que, muitas vezes, não estariam disponíveis. Ao mesmo tempo, o termo “olhos de quem não pode ver” remete aos presos, que por estarem fechados em uma prisão, perdem a oportunidade de enxergar livremente a realidade que se passa além dos muros da penitenciária.

O produto foi veiculado na Rádio Universitária Cesumar FM (RUC FM 94,3) de acordo com a programação da emissora, em 2013, e encontra-se disponível nos arquivos sonoros da rádio, para ser consultado quando necessário. Cópias do trabalho foram enviadas para a Penitenciária Estadual de Maringá (PEM) e para o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), pois é um registro da história do projeto “Visão

de Liberdade” para, caso as instituições envolvidas tenham interesse, divulguem o produto nos *sites* institucionais.

Frente ao grande número de pessoas envolvidas e a profundidade que o assunto exige, o radiodocumentário teve a duração de aproximadamente uma hora, já que um tempo menor não conseguiria abordar o tema em toda sua complexidade e relevância. Para dinamizar a transmissão, o produto foi dividido em três blocos com duração de aproximadamente 20 minutos cada.

Utilizou-se uma linguagem coloquial, por abranger um público amplo de diferentes formações e classes sociais ou etária. A linguagem utilizada permitiu que a história fosse contada, em sua maior parte, pelos personagens em vez dos narradores. Além da linguagem, elementos como trilhas sonoras, fragmentos dos livros falados, entonação e até o silêncio fizeram parte da sonoplastia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo refletiu sobre como a escolha do tema de um produto jornalístico deve promover a visibilidade de projetos sociais, por meio da produção de radiodocumentário que visou à profundidade informativa e à imersão do jornalista no assunto abordado. Nesse esteio, foi importante discutir o papel do rádio na sociedade contemporânea, sua linguagem e presença por meio das emissoras educativas.

O presente radiodocumentário contribui para a reflexão sobre a eficiência de alguns projetos de cunho social e, utilizando-se de técnicas jornalísticas e de um produto essencialmente jornalístico, promove essa reflexão. O produto jornalístico produzido almejou, além de divulgar as ações do projeto “Visão de Liberdade”, discutir como a deficiência visual, bem como as pessoas privadas de liberdade estão envoltas em preconceito, restrições e exclusões. Entre reflexões possíveis está a de que é preciso oportunizar ações de inserção social para as pessoas com deficiência visual, bem como a reinserção para aquelas privadas de liberdade.

Pode-se observar como o objeto do radiodocumentário, o projeto “Visão de Liberdade”, permite aos deficientes visuais a possibilidade de acesso à cultura, educação e, conseqüentemente, à inclusão; aos internos da Penitenciária Estadual de Maringá, possibilita a participação em uma ação social de extrema importância para a sociedade, capaz de (re)significar suas práticas e ressaltar a importância deste trabalho para a vida de tantas pessoas com deficiência visual.

A partir dos relatos das pessoas envolvidas nas pontas do projeto – o deficiente visual e a pessoa privada de liberdade – observa-se que para uma “visão de liberdade” é preciso, primeiramente, despir-se de discursos cristalizados na sociedade, romper preconceitos e acreditar que é ainda somente pela ação humana que o homem é capaz de driblar as adversidades e dar sentido à própria vida.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas de áudio.** São Paulo: Paulinas, 2003.
- CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. Coordenação de CAP Maringá. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~cap-mga/>>. Acesso em: 23 set. 2012.
- CÉSAR, C. **Rádio: a mídia da emoção.** São Paulo: Summus, 2005.
- FERRARETTO, L. A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica.** 2. ed. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOMES, M. C. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves.** Maringá, 09 ago. 2012.
- GOMES, V. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos.** Maringá, 18 jul. 2012.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Resultados gerais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

IBGE. **Censo 2010**: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1>. Acesso em: 16 set. 2012.

JOSÉ, C. L. **História oral e documentário radiofônico**: distinções e convergências. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_jose.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2012.

LABATUT, Â. M. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 16 ago. 2012.

MAGALHÃES, P. S. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 18 jul. 2012.

MCLEISH, R.; SILVA, M. **Produção de rádio**: um guia abrangente de produção radiofônica. 2. ed. São Paulo: Summus, 2001.

MENESES, A. B. N. T.; SOUSA, N. C. **O poder disciplinar**: uma leitura em vigiar e punir. Saberes, Natal, RN, v. 1, n. 4, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/saberes/Numero4/Quarto%20Numero%20Completo%20da%20SABERES.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

MOREIRA, S. V.; DEL BIANCO, N. R. **Rádio no Brasil**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: EDUERJ: Brasília: Ed. UnB, 1999.

SANTANA NETO, C. **Entrevista concedida a Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 16 ago. 2012.

OLIVEIRA, M. L. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves**. Maringá, 16 ago. 2012.

OLIVEIRA, M. P. **Entrevista concedida a Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 16 ago. 2012.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

PACHECO, M. I. P. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 18 jul. 2012.

PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ. **Coordenação do Departamento de Execução Penal – DEPEN**. Desenvolvido pela Celepar–PR. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

PESSOA, S. C. **Radiodocumentário**: gênero ou locus privilegiado de aprendizagem? Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3504-1.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

PRADO, M. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

QUADROS, É. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 16 ago. 2012.

RIBEIRO, D. D. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 18 jul. 2012.

SIERRA, M. A. B. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 16 ago. 2012.

SILVA, J. R. **Prisão**: Ressocializar para não Reincidir. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf. Acesso em: 01 mai 2012.

SILVA, J. R. **O que as empresas podem fazer pela reabilitação do preso**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

SILVA, J. L. O. A. **Rádio**: oralidade mediatizada: o spot e os elementos da linguagem radiofônica. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

VIEIRA, R. A. **Entrevista concedida a Aline Boone Gonçalves e Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 16 ago. 2012.

VIEIRA, W. D. **Entrevista concedida a Eloíse Fernandes de Sousa Santos**. Maringá, 16 ago. 2012.

Recebido em: 29 de agosto de 2015

Aceito em: 09 de outubro de 2015